

Portaria nº N 05

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 74, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 381, de 07.05.2007 e de conformidade com o disposto no art. 82 da Lei nº 9.394 de 20.12.1996, que fundamenta a regulamentação da prática de ensino e estágio supervisionado dos alunos do Ensino Superior.

RESOLVE:


Art. 1º Estabelecer as **"Diretrizes para realização da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado da Formação de Professores nas Escolas de Educação Básica da Rede Pública Estadual"**.

Art. 2º As diretrizes serão definidas em conjunto pelas Diretorias de Educação Superior e Educação Básica e Profissionalizante.

Art. 3º A divulgação das Diretrizes, o acompanhamento e avaliação do processo serão de competência da Secretaria de Estado da Educação/DIES/DIEB e dos Órgãos Regionais de Educação.

Art. 4º Para a realização da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nas unidades de ensino da rede pública estadual será firmado termo de Convênio de Cooperação entre a Secretaria de Estado da Educação e a Instituição de Educação Superior com interveniência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.


Paulo Roberto Bauer
Secretário de Estado

Florianópolis, 17/04/2008



**Secretaria de Estado da Educação
Santa Catarina**

**Diretoria de Educação Superior
Diretoria de Educação Básica e Profissional**



DIRETRIZES

**PARA A REALIZAÇÃO DE PRÁTICA DE
ENSINO E DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO DE CURSOS DE
LICENCIATURA NAS ESCOLAS DE
EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA
ESTADUAL**

DIRETRIZES

PARA A REALIZAÇÃO DE PRÁTICA DE ENSINO E DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE CURSOS DE LICENCIATURA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL

Florianópolis

2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Governador do Estado

LEONEL ARCÂNGELO PAVAN
Vice-Governador

PAULO ROBERTO BAUER
Secretário de Estado da Educação

SILVESTRE HEERDT
Diretor Geral

MARILEIA GASTALDI MACHADO LOPES
Diretora de Educação Superior

ANTONIO ELISIO PAZETO
Diretoria de Educação Básica e Profissional

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Carla Rosane Bressan
Edir Seemund
Ismênia de Fátima Vieira
Jane Motta
Maria Izabel de Bortoli Hentz
Maria de Fátima Santos Alves
Maristela Aparecida Fagherazzi

COLABORAÇÃO

Áurea Marilza R. M. Cesarino
Lenir Lúcia da Silva
Marlene de Oliveira

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	04
2	OBJETIVOS	05
2.1	Objetivo Geral	05
2.2	Objetivos Específicos	06
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-LEGAL	06
3.1	Legislação Pertinente	09
4	DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE PRÁTICA DE ENSINO E DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA	10
4.1	Sistemática de Organização, Orientação e Acompanhamento	12
4.1.1	Responsabilidade da SED (Órgão Central, Órgão Regional e Escola)	12
4.1.2	Responsabilidade da Instituição de Educação Superior	14
4.1.3	Da Avaliação do Processo	16
5	SISTEMÁTICA DE ELABORAÇÃO DO CONVÊNIO	17
5.1	Processo de ajuste à política das IES já conveniadas	17
6	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	19
	ANEXO	20

1. APRESENTAÇÃO

Historicamente, os estágios supervisionados são de competência das Instituições de Educação Superior - IES, que fazem uso de espaços das Escolas de Educação Básica – EEB para sua efetivação. Como componente curricular obrigatório, o estágio pode ser entendido como o eixo articulador entre teoria e prática. É a oportunidade em que o aluno entra em contato direto com a realidade profissional (problemas e desafios) na qual irá atuar, para conhecê-la e para desenvolver as competências e habilidades necessárias ao futuro exercício profissional.

Atualmente, observa-se uma progressiva aproximação das IES com as escolas de Educação Básica. Se de um lado há a especificidade do Estágio Supervisionado¹ e da Prática de Ensino², que envolvem atividades correlacionadas à gestão acadêmica; de outro, há o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido nas escolas, que se viabiliza a partir de uma organização específica. Esse movimento aponta para a necessidade do estabelecimento de **Diretrizes** para a realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino nas Escolas da Rede Pública Estadual, que considerem, ao mesmo tempo, a unidade de ação em nível estadual e a diversidade regional. Essa compreensão se fundamenta em um modelo de gestão política descentralizada e participativa.

A elaboração e proposição de orientações atende ao que está previsto no artigo 82 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), e ao que foi recentemente identificado por esta Secretaria, quando da realização do I Seminário Catarinense das Licenciaturas, em 2007. Nesse processo de discussão, ficou evidenciada a necessidade de a Secretaria de Estado da Educação definir diretrizes para a realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino nas escolas de Educação Básica pertencentes à rede estadual de ensino.

¹ Adotamos o termo Estágio Supervisionado ao que se refere na legislação a “Estágio Curricular Supervisionado”.

² Entende-se por Prática de Ensino a partir do que é considerado na legislação “Prática como componente curricular”, ou seja, a experiência de convívio no cotidiano escolar, seus processos de organização não implicando, porém no exercício da docência. Essas experiências poderão ser desenvolvidas como projetos de prática de ensino.

O desafio e a responsabilidade de conceber, elaborar, propor e avaliar diretrizes para a realização de Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino em escolas da rede estadual de ensino remete ao estudo, discussão e definição de papéis dos diferentes atores em uma ação que é eminentemente interinstitucional. A superação de ações individuais em favor de propostas colaborativas não pode prescindir da participação da Coordenação de Estágio das IES e da atuação direta da Supervisão de Educação Superior e da Supervisão de Educação Básica e Profissional dos Órgãos Regionais de Educação, sob a coordenação da Diretoria de Educação Superior – DIES e da Diretoria de Educação Básica e Profissional – DIEB, desta Secretaria de Estado.

Este documento tem por objetivo estabelecer diretrizes para a realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino como forma de atender as necessidades das escolas de Educação Básica e das IES, no que diz respeito à disponibilização de espaços para a realização da prática de ensino pelos acadêmicos que freqüentam os diferentes cursos de Licenciatura, bem como garantir ações educacionais que favoreçam a aprendizagem dos alunos da Educação Básica.

É por compreender a importância e a responsabilidade que representa o momento da realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino que se elaborou e se põe a público o documento **Diretrizes para a realização da Prática de Ensino e de Estágio Supervisionado de Cursos de Licenciatura nas escolas de Educação Básica da Rede Pública Estadual de Ensino**. Inicialmente, apresentam-se os objetivos e a fundamentação teórico-legal que ampara as diretrizes aqui definidas e, na sequência, as responsabilidades de cada uma das instituições envolvidas nesse processo.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Estabelecer diretrizes para a realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino como forma de atender as necessidades das escolas de Educação Básica e

das IES e de garantir ações educacionais que favoreçam a aprendizagem dos alunos da Educação Básica.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Definir parâmetros para coordenar e avaliar a realização de Estágio Supervisionado e Prática de Ensino, em sintonia com a Proposta Curricular de Santa Catarina e o Projeto Político Pedagógico das escolas;

Definir formas que garantam a articulação teoria-prática na realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino pelos acadêmicos dos cursos de licenciatura, nas escolas de Educação Básica da rede pública estadual.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-LEGAL

O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório da matriz curricular nos diferentes cursos de licenciatura. Está previsto na Lei 6.494, de 07.12.77 e regulamentado pelo Decreto de 87.497, de 18.08.82 e visa propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem. Diretrizes recentes do Conselho Nacional de Educação prevêm a ampliação da carga horária destinada à relação teoria-prática, com a introdução da Prática de Ensino nos currículos dos cursos de licenciatura.

No ano de 2007, a Secretaria de Estado da Educação coordenou um amplo debate sobre a Formação de Professores em Santa Catarina. Nesse movimento, foram realizados oito Seminários Mesorregionais e um Seminário Estadual com o objetivo de buscar subsídios para a elaboração de uma política para os cursos de licenciatura, visando à melhoria da formação inicial dos professores de Educação Básica.

Os resultados dos seminários delinearam o diagnóstico do contexto, da forma e dos conteúdos dos cursos de formação inicial de professores no Estado de Santa Catarina. Esse diagnóstico está apresentado na íntegra no documento “As

licenciaturas em Santa Catarina: diretrizes e desafios” (no prelo). Mas, pela sua importância, alguns dos aspectos que contribuem para a compreensão deste documento serão destacados na sequência. Pode-se dizer que a organização didático-pedagógica dos cursos de licenciatura fornece um perfil do processo de formação e, por conseguinte, do profissional que nele se forma. Com relação a esse aspecto, pelo diagnóstico delineado, já se constata, de um lado, a existência de um movimento de reformulação dos projetos pedagógicos dos Cursos de Licenciatura, em algumas IESs, voltando-se para a pesquisa em educação, de modo a possibilitar a articulação entre teoria, prática e reflexão, incluindo uma base comum para os diferentes cursos de licenciatura.

De outro lado, constata-se a necessidade de investimentos por parte das IESs e dos órgãos de regulação dos sistemas estadual e federal para a efetivação de melhorias nos cursos de licenciaturas, considerando que muitos deles manifestam dificuldades de articular teoria e prática, o que gera uma formação centrada na sala de aula, faltando trabalhos voltados à pesquisa e a outros ambientes de aprendizagem. Nesse caso, não se enfatiza a formação de um profissional reflexivo, comprometido com as questões sociais, com a inclusão, com a diversidade e com a função social da escola.

Outro aspecto a ser considerado desse diagnóstico diz respeito à realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino. Ao mesmo tempo em que se observa o acesso do aluno do curso de licenciatura à realidade de seu campo profissional a partir dos primeiros períodos do curso, ainda se constata o caráter formal do estágio, quer pela própria organização didático-pedagógica do curso, quer pelo pouco tempo disponível do graduando para a realização do estágio, em função da necessidade de trabalhar. Enquanto algumas IES já conseguem estabelecer um bom relacionamento com a comunidade e com as escolas da rede estadual para a realização de estágios e prática de ensino de forma mais qualitativa, outras não conseguem estabelecer esse diálogo, o que resulta na falta de articulação entre os acadêmicos e os professores de educação básica e, por conseguinte, de mudanças necessárias aos cursos de licenciatura, como também nas escolas de educação básica.

Esse cenário também tem sido objeto de estudos e pesquisas no campo educacional. Autores como Bianchi (2001), Guarnieri (2005), Bogdan e Biklen (1994), Sacristán (1983), entre outros, defendem a investigação científica da prática de ensino, como forma de buscar subsídios relevantes para a formação docente na relação com o contexto escolar, promovendo a percepção de como se constitui o processo de aprender a ensinar.

O estágio e a prática de ensino são considerados procedimentos didático-pedagógico no qual se pressupõe o desenvolvimento de atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, uma vez que o aluno terá contato direto com situações reais de vida e de trabalho, desenvolvendo conhecimentos necessários ao processo teórico e metodológico implicados na prática da docência, ao longo do curso, podendo também assumir a forma de atividades de extensão, com participação em empreendimentos ou projetos sociais.

No entanto, a relação entre teoria-prática que se estabelece em alguns dos cursos de formação de professor, segundo os estudiosos anteriormente referidos, advém da concepção de cursos de licenciatura fundamentada na racionalidade técnica, que concebe a Prática de Ensino como uma atividade técnica. Nessa perspectiva, segundo Guarnieri (2005, p. 9), “a prática é vista como campo de aplicação das normas e técnicas derivadas das teorias”, o que se traduz em uma relação linear da teoria para a prática.

As Diretrizes aqui estabelecidas têm como pressuposto contribuir para a superação do paradigma da racionalidade técnica, objetivando a formação de um profissional que reflete sobre sua atividade de docente. O estágio como reflexão da práxis possibilita aos alunos que ainda não exercem a docência aprender com aqueles que já possuem experiências na atividade docente. A discussão dessas experiências e de suas possibilidades, do porquê de darem certo ou não, configura o passo adiante à simples experiência. Além disso, a mediação dos professores orientadores e dos que estão em pleno exercício da atividade de docência, a articulação dos conhecimentos teórico-acadêmicos com os conhecimentos oriundos do universo escolar são de fundamental importância neste processo, favorecendo o compromisso com um ensino de qualidade.

Para ilustrar a importância de encontrar caminhos para delimitar o papel e os limites dos cursos de formação inicial, bem como para fazer com que a reflexão sobre a experiência docente seja um momento importante da consolidação do processo de tornar-se professor, Perrenoud apud Guarnieri (2005, p.21), atribui à reflexão sobre a prática “um poder e um papel que ultrapassam seus limites reais e não deposita na experiência profissional em si e por si mesma a responsabilidade em fornecer ao professor iniciante todos os requisitos necessários à competência docente”.

Nessa dinâmica, tanto as instituições formadoras como as unidades de ensino – campos de estágio - encontram-se profundamente comprometidas com a qualidade da educação básica. São disponibilizadas possibilidades enriquecedoras à prática de ensino e ao estágio supervisionado e, conseqüentemente, à construção da identidade do futuro professor, que nem sempre são consideradas nesse processo. Com uma postura de investigação, de pesquisa e de reflexão crítica e sistemática sobre o pensar e o fazer das ações pedagógicas que se desenvolvem nas escolas de educação básica, considera-se o que acontece no contexto escolar para planejar, agir e replanejar todo processo de ensino-aprendizagem a ser desenvolvido no período de estágio. Assumindo essa postura no processo de formação, prepara-se o futuro professor para refletir sobre a própria prática quando do exercício na atividade docente, como profissional do ensino em escolas de Educação Básica.

3.1 LEGISLAÇÃO PERTINENTE

O Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino na formação de professores estão pautados na legislação vigente, conforme segue:

- Lei nº 6.494, de 7 dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto Lei nº87.497 de 18 de agosto de 1982, e alterada pela Lei nº8.859, de 23 de março de 1994;
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB);
- Parecer CNE/CES nº 503/98, aprovado em 3 de agosto de 1998;

- Parecer CNE/CP nº 09/2001;
- Parecer CNE/CP nº 27/2001, que dá nova redação ao Parecer CNE/CP nº 09/2001;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002;
- Parecer CNE/CES nº 197, de 7 de julho de 2004;
- Parecer CNE/CES nº 15, de 2 de fevereiro de 2005;
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 4 de abril de 2005, que modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.

Assim, referenciados na legislação vigente, no diagnóstico recentemente realizado e nas indicações e reflexões que os autores fazem acerca da temática, as Diretrizes para a realização de Estágio Supervisionado e de Prática de Ensino de cursos de licenciatura nas escolas de educação básica da rede pública estadual têm o intuito de subsidiar os encaminhamentos e definições acerca das ações que permeiam esse processo que, em uma instância mais ampliada, tem a finalidade também de garantir a qualidade da Educação Básica ofertada na rede pública estadual. Para tanto, a relação interinstitucional (implícita nesse processo) dar-se-á através da assinatura de Convênios entre a SED, como Concedente, a SDR, como Interveniente e a IES, como Conveniente, cuja proposta de minuta consta em anexo.

4. DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DE PRÁTICA DE ENSINO E DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Para a realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino, em escolas da rede pública estadual, há a necessidade de firmar convênio (conforme dito anteriormente), no qual serão acordadas todas as condições para sua realização. Uma vez que o Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino proporcionam a interação do estudante com as ações pedagógicas da escola, faz-se necessária a garantia de determinadas condições para sua realização.

Em primeiro lugar, é necessário que a escola manifeste ao Órgão Regional de Educação (por escrito) o seu interesse ou intenção de ser campo de estágio supervisionado e de Prática de Ensino. Para tanto, a IES (via coordenação de estágio), em conjunto com a escola campo de estágio, precisam organizar reuniões de estudo e encontros para planejamento das ações pedagógicas, que serão desenvolvidas nas diferentes etapas do estágio e da prática de ensino. As ações a serem implementadas devem considerar, de um lado, as reais dificuldades, necessidades ou problemas existentes em cada escola, indicar possíveis contribuições para seu enfrentamento, e estar fundamentadas no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola e na Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. De outro lado, o registro das condições que serão viabilizadas pela IES, no que se refere ao processo de acompanhamento sistemático e presencial dos acadêmicos em processo de estágio e prática de ensino, para que estes tenham a possibilidade de demonstrar suas potencialidades, considerando as experiências vividas como um momento de contribuição privilegiado, em que se concentra o esforço de garantir a conexão entre teoria e prática, preparando com maior propriedade sua atuação na profissão.

Em segundo lugar, faz-se necessário garantir o acompanhamento sistemático e presencial de um professor titular vinculado à coordenação de estágio da IES. Registre-se aqui a necessidade de este representante ter uma participação atuante e de ser apoiado pela equipe gestora e pedagógica da escola. Às IES que ofertam formação de professores na modalidade a distância (onde a sede da instituição não coincide com o local da realização do estágio), faz-se necessário que a mesma constitua um representante oficial e devidamente credenciado no Órgão Regional de Educação para cumprir com a responsabilidade de acompanhamento do acadêmico estagiário. Registre-se que este responsável pelo acompanhamento do estágio e da prática de ensino deve, necessariamente, ter a formação exigida pela legislação vigente para orientar estágios em cursos de formação dos professores.

Dessa forma, as IES, que têm diferentes campos de intervenção, contribuirão para que o acadêmico se sinta seguro e obtenha uma visão realista da

atuação em sala de aula, pois é de suma importância que os futuros professores se apropriem dos conhecimentos de natureza prática do cotidiano escolar.

As normas de acompanhamento e avaliação das atividades de Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino devem ser organizadas pelas instâncias envolvidas, com vistas ao desenvolvimento de uma atividade que esteja em conformidade com os currículos, programas e calendário escolar e se constituir em instrumentos de articulação e de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano. As atividades de prática de ensino e de estágio serão desenvolvidas através de planejamento, observação, execução, acompanhamento e avaliações.

4.1 SISTEMÁTICA DE ORGANIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O estabelecimento de diretrizes para a realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino envolve a Diretoria de Educação Superior – DIES, a Diretoria de Educação Básica e Profissional – DIEB, as IES, o Órgão Regional de Educação e as Escolas de Educação Básica da rede estadual de ensino e implica em responsabilidades comuns e específicas a cada segmento envolvido. As diretrizes, detalhadas na seqüência, deverão ser consideradas pelas IES que oferecem a modalidade de ensino presencial, pelas IES que oferecem a modalidade de ensino a distância e pelas IES que oferecem ambas as modalidades de ensino.

4.1.1 Responsabilidades da SED (Órgão Central, Órgão Regional e Escola)

a) Órgão central:

- Conceder campos de Estágio Supervisionado e de Prática de Ensino aos alunos das IES, em suas Unidades de Ensino, a saber: Escolas de Ensino Fundamental e Médio; Projetos ou Programas Educacionais regulares na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; Programas

Especiais como Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena e Educação Especial, onde houver professores devidamente habilitados na área específica de formação do acadêmico, de acordo com as disposições constantes em convênio firmado para esta finalidade;

- Disponibilizar às SDRs, banco de dados demonstrativo das IES que firmaram convênios;
- Articular, incentivar, orientar e acompanhar os Órgãos Regionais de Educação na organização e supervisão do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino;
- Conceder, semestralmente, no máximo, duas vagas para Estágio Supervisionado por turma e quatro vagas para projetos de Prática de Ensino nas Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual;
- Propor, a qualquer tempo a rescisão do convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer das condições.

b) Órgão regional:

- Encaminhar e acompanhar os estagiários nos projetos e programas específicos desenvolvidos nas Unidades de Ensino, com metas previamente estabelecidas e acordadas com as Unidades de Ensino e com as IES;
- Garantir, semestralmente, no máximo, duas vagas para Estágio Supervisionado por turma e o recebimento de até quatro projetos de Prática de Ensino (propostas a serem desenvolvidas que não impliquem em exercício de docência) a serem realizados nas Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual;
- Viabilizar a articulação entre a IES e a Unidade de Ensino para a realização do estágio supervisionado e da prática de ensino;
- Firmar, juntamente a IES e a Unidade de Ensino, o termo de compromisso do acadêmico;
- Articular, com as IES, reuniões de trabalho para organizar o processo de socialização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino;
- Articular com as IES, no final do semestre, reunião de avaliação do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino realizados na região.

c) Unidade de ensino – Campo de Estágio

- Informar à IES e ao Órgão Regional de Educação o desempenho do acadêmico;
- Receber os acadêmicos e facilitar o acesso às informações necessárias à realização e atualização do diagnóstico da realidade escolar;
- Inserir os acadêmicos nos projetos, trabalhos específicos, considerando as metas previamente estabelecidas nas Unidades de Ensino, supervisionadas pelo Órgão Regional de Educação;
- Orientar e acompanhar os acadêmicos na área de formação pretendida, garantindo professores devidamente habilitados na área de formação do acadêmico;
- Solicitar à IES a suspensão do acadêmico que por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de estágio;
- Encaminhar o acadêmico ao professor responsável pelo estágio;
- Apresentar o acadêmico aos segmentos da Unidade de Ensino;
- Responsabilizar-se pelo acompanhamento do acadêmico pelo professor regente;
- Acompanhar e avaliar o desempenho do acadêmico;
- Garantir o cumprimento da carga horária proposta e assinar documentação pertinente.

4.1.2 Responsabilidades da Instituição de Educação Superior

a) Instituição de Educação Superior

- Apresentar à Supervisão de Educação Superior do Órgão Regional de Educação, no início de cada semestre letivo, a relação dos acadêmicos de cada licenciatura que estarão em fase de estágio;
- Elaborar, no início do semestre, um calendário para a realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino, em comum acordo com o Órgão Regional de Educação;

- Apresentar ao Órgão Regional de Educação e às Unidades de Ensino o coordenador de estágio dos cursos de licenciaturas;
- Promover a integração e o aperfeiçoamento dos professores das unidades de ensino, campos de estágio, através de cursos, seminários, mostras, eventos e outras atividades;
- Encaminhar, com antecedência, os programas, planos de ensino das disciplinas e projetos de trabalho que serão desenvolvidos no estágio supervisionado e na prática de ensino à Unidade de Ensino, campo de estágio, para ciência e concordância, considerando a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino;
- Disponibilizar os relatórios finais do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino às unidades de ensino, campo de estágio;
- Organizar os acadêmicos, inserindo-os no campo de estágio, de forma que possam conhecer a realidade escolar;
- Efetuar seguro de acidentes pessoais para o acadêmico e firmar o Termo de Compromisso de Estágio como conveniente;
- Promover seminários para apresentação dos projetos desenvolvidos nas escolas, durante o período do estágio.
- Disponibilizar, para a formação continuada de professores, os resultados do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino, promovendo a integração da IES com a escola pública estadual, objetivando a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- Organizar o Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino em parceria com o Órgão Regional de Educação e a Unidade de Ensino;
- Designar um professor supervisor ou orientador responsável pela disciplina ou modalidade de estágio para acompanhar os acadêmicos na Unidade de Ensino, campo de estágio;
- Elaborar, no final do semestre, relatório síntese do estágio realizado e apresentar em reunião regional de avaliação juntamente com os Supervisores de Educação Superior e de Educação Básica e Profissional;
- Emitir certificado de formação em serviço para o professor das unidades de ensino que participar como supervisores de estágio;

- Indicar um orientador de estágio presencial, em caso de curso de licenciatura oferecido na modalidade presencial e a distância;
- Propor, a qualquer tempo, rescisão do convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer uma das condições.

b) Acadêmico:

- Assinar o termo de compromisso de estágio e respeitar suas normas;
- Apresentar o plano de estágio ao responsável na Unidade de Ensino para aprovação;
- Respeitar as normas da Unidade de Ensino, campo de estágio;
- Comparecer ao local de estágio, pontualmente, nos dias e horas estipulados;
- Desenvolver atividades com responsabilidade, participação, criatividade e análise crítica;
- Estabelecer bom nível de relacionamento interpessoal e respeitar a ética profissional;
- Apresentar à Unidade de Ensino o relatório final de estágio;
- Informar a Unidade de Ensino sobre possíveis alterações na proposta de estágio.

4.1.3 Da Avaliação do Processo

As responsabilidades da SED (Órgão Central, Órgão Regional, Unidades de Ensino) e das IESs, constituem-se em referências para avaliação e acompanhamento da atuação dos acadêmicos, assim como de todas as ações implicadas no processo de desenvolvimento do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino, a ser realizada pelos Supervisores de Educação Superior e de Educação Básica e Profissional, por representantes das IESs e das Unidades de Ensino.

Dentre as muitas atividades de avaliação possíveis, destaca-se:

1. Análise e parecer referentes aos relatórios apresentados pelos acadêmicos e pelas IESs ao Órgão Regional de Educação – Supervisores de Educação

Superior e de Educação Básica e Profissional e destes à DIES e à DIEB das ações que se desenvolveram no âmbito da realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino;

2. Visitas aos locais onde estão sendo desenvolvidos projetos de Estágio Supervisionado e de Prática de Ensino pelos Supervisores de Educação Superior e de Educação Básica e Profissional;
3. Seminário de divulgação com a participação das IES, da SED, da SDR, do Órgão Regional de Educação e das Unidades de Ensino nas quais se desenvolveram atividades de Estágio Supervisionado e de Prática de Ensino, de lideranças locais e regionais e da comunidade em geral, particularmente do público a que se destinaram as ações.

5. SISTEMÁTICA DE ELABORAÇÃO DO CONVÊNIO

Segundo o Decreto nº 87.497/82 em seu artigo 5º é necessário que seja firmado entre as IES e Sistema de Ensino de direito público um instrumento jurídico onde serão acordadas todas as condições da realização do estágio. As relações estabelecidas entre as IES, SED e SDR serão definidas mediante assinatura de convênio entre as partes por um período de quatro (4) anos.

Cabe a IES manifestar o interesse de firmar convênio (conforme minuta em anexo) ao Órgão Regional de Educação, acompanhado da documentação prevista nessas diretrizes. A partir da apresentação da proposta ao Órgão Regional de Educação, este dará encaminhamento aos procedimentos de operacionalização do objeto do convênio.

5.1. Processo de ajuste à política das IES já conveniadas

As IES já conveniadas têm prazo de 06 (seis) meses para se adequar às **“Diretrizes para a Realização de Prática de Ensino e de Estágio**

Supervisionado de Cursos de Licenciatura nas Escolas de Educação Básica da Rede Pública Estadual” a contar da data da publicação da portaria que a instituiu.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

_____. **Lei Complementar nº 6.494**, de 07 de dezembro de 1977.

_____. **Decreto Lei nº87.497**, de 18 de agosto de 1982.

_____. **Lei nº8.859**, de 23 de março de 1994.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP 1**, de 18 de fevereiro de 2002.

_____. **Resolução CNE/CP 2**, de 19 de fevereiro de 2002.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº130**, de 25 de novembro de 2003.

CARVALHO, Adalberto Dias de. **Utopia e Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

GUARNIERI, M^a Regina (org.). **Aprendendo a Ensinar: o caminho nada suave da docência**. 2^a ed. Campinas, SP: Programa de pós-graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e letras da UNESP. 2005.

GIMENO SACRISTAN, J. **Currículo: uma Reflexão Sobre a Prática**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

_____. **Explicação, Norma e Utopia nas Ciências da Educação**. *Cadernos de Pesquisa* (44). São Paulo: Fundação Carlos Chagas, fev. 1983.

PROPOSTA CURRICULAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Florianópolis:IOESC, 1998.

VASCONCELLOS, Celso S. **Processo de Mudança da Prática Educacional**. São Paulo: Libertad, 1998 (Série *Textos de Aprofundamento* - 1).

VEIGA, Ilma Passos A. **Educação Básica e Educação Superior: Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, SP:Papirus, 2004.

ANEXO

(Cabeçalho de Identificação da Instituição Educação Superior que propõe o convênio)

CONVÊNIO Nº

Termo de Convênio de Cooperação que entre si celebram o Estado de Santa Catarina, através da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, e a _____ (nome da IES) _____ com sede no Município de _____.

O Estado de Santa Catarina, através da **Secretaria de Estado da Educação**, doravante denominada **SECRETARIA**, CGC nº 82.951328/0001-58, neste ato representada pelo seu Secretário, **Paulo Roberto Bauer**, residente a Av. Trompowsky, 00300, ap. 601, centro, município de Florianópolis-SC, portador da C.I. Nº 2/R-488416, expedida em 20/11/1974, e do CPF Nº 293.970.579-88, e a **UNIVERSIDADE** _____, doravante denominada simplesmente _____, inscrita no CGC/MF sob o nº _____, com sede no Campus _____, em _____, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação, Professor _____, RG nº _____, com a interveniência da **Secretaria de Desenvolvimento Regional de** _____, doravante denominada simplesmente **SDR**, CGC nº _____, neste ato representada pelo seu secretário, _____, RG nº _____, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio de Cooperação, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação tem como objeto a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da _____ com base na Lei nº 6.494 de 07/12/77, alterada pela Lei nº 8.859 de 23/03/94 e artigo 82 da Lei nº 9.394 (LDB) de 20/12/96 e regulamentadas pelo Decreto 87.497 de 18/08/82, modificado pelos Decretos

89.467 de 21/03/84 e 2.080 de 26/11/96, bem como as Resoluções 01 e 02/02 do CNE que estabelecem as diretrizes e regulamenta os Cursos de Formação dos Professores e a Portaria N/5, de 17.04.2008, que fundamenta a regulamentação da Prática de Ensino e Estágio Supervisionado dos alunos do Ensino Superior.

I - Para fins deste Convênio, entende-se como Estágio Supervisionado e Prática de Ensino as atividades assistidas, proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à sua área de formação.

II - Os estágios e as práticas de ensino, objeto deste convênio, tem caráter curricular e obrigatório e se constituem em elemento essencial à diplomação do aluno, de acordo com a legislação vigente aprovada na _____(nome da IES)_____.

III - O Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino terão a duração e carga horária fixada de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos/áreas, obedecida à legislação em vigor;

IV - O prazo de realização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento mediante ciência e anuência da instituição concernente do estágio.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

A Secretaria, através da GERED, deverá:

I - Conceder campos de Estágio Supervisionado e de Prática de Ensino aos acadêmicos da _____(nome da IES)_____ em suas Unidades de Ensino, a saber: Escolas, Colégios, Projetos ou Programas Educacionais Regulares na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Programas Especiais como Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Especial e Ensino Médio de sua jurisdição, de acordo com as disposições deste Convênio;

II - Informar semestralmente as vagas de estágio supervisionado e prática de ensino à _____(nome da IES)_____ disponíveis;

III - Incluir os acadêmicos nos projetos, trabalhos específicos e com metas previamente estabelecidas com as Unidades de Ensino, supervisionadas pelo Órgão Regional de Educação;

IV - Articular, orientar e acompanhar os acadêmicos na área de formação pretendida que serão de responsabilidade: no Órgão Central, pela Diretoria de Educação Superior e pela Diretoria de Educação Básica e Profissional; no Órgão Regional de Educação, pela Supervisão de Educação Superior e pela Supervisão

de Educação Básica e Profissional e na Unidade de Ensino, pelo Responsável Pedagógico e pelos Professores Regentes de Classes;

V - Informar à _____(nome da IES)_____ através da Unidade Concedente de Estágios o desempenho dos acadêmicos;

VI - Informar a _____(nome da IES)_____, para ser substituído, o acadêmico que, por motivo de natureza técnica, administrativa ou disciplinar, não for considerado apto a continuar suas atividades de estágio;

CLÁUSULA TERCEIRA : DAS OBRIGAÇÕES DA _____(nome da IES)_____

I - Encaminhar os acadêmicos às Unidades concedentes dentro das normas estabelecidas pelas partes convenientes;

II - Firmar os Termos de Compromisso de Estágio (TCE), como interveniente, através das respectivas Coordenadorias de Estágios dos Cursos;

III - Designar um professor supervisor responsável pela disciplina ou modalidade de estágio;

IV - Encaminhar com antecedência, os programas, planos de ensino das disciplinas e projetos de trabalho onde o Estágio Supervisionado ou a Prática de Ensino serão desenvolvidos, às Unidades Concedentes de Estágio para ciência e concordância, considerando a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina e o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino;

V - Disponibilizar os relatórios finais do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino às Unidades Concedentes e ao Órgão Regional de Educação, para ciência, consulta e pesquisa;

VI - Efetuar Seguro de Acidentes pessoais para o acadêmico em estágio e ou prática de ensino;

VII - Promover a integração e o aperfeiçoamento dos professores das Unidades Concedentes de estágio e de prática de ensino através de: cursos, seminários, mostras, eventos e outras atividades;

VIII - Promover Seminários de apresentação do trabalho desenvolvido durante o período do estágio e de prática de ensino para disponibilizar em capacitações, proporcionando a integração da _____(nome da IES)_____ com a Escola Pública Estadual, objetivando a melhoria da qualidade do ensino da Educação Básica.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA SDR

A SDR obriga-se a:

- I - Viabilizar a articulação entre a IES e o Órgão Regional de Educação para a realização do estágio supervisionado e da prática de ensino;
- II - Articular, com as IES e com o Órgão Regional de Educação, reuniões de trabalho para organizar o processo de socialização do Estágio Supervisionado e da Prática de Ensino.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará pelo período de 04 (quatro) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, com ciência das partes.

CLÁUSULA SEXTA: RESCISÃO

A Secretaria de Estado da Educação e _____ (nome da IES) _____ poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio se ocorrer inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas e condições, pelas superveniências legais que tornem material, financeira e normalmente inexecutável, ou por mútuo consenso.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I- O Estágio Supervisionado e a Prática de Ensino não geram qualquer vínculo empregatício dos acadêmicos com a Secretaria de Estado da Educação, conforme artigo 4º da Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977;

CLÁUSULA OITAVA: DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio.

E, por assim estarem em pleno acordo, lavrou-se o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinam as partes o presente Convênio na presença das testemunhas identificadas.

Florianópolis, de de 200__

_____(nome do secretário por extenso)____

_____(nome representante da IES por extenso)_

Secretário de Estado da Educação
de Santa Catarina

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

_____(nome do secretário por extenso)_____

Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional

TESTEMUNHAS: 1 - _____

CPF _____

2 - _____

CPF _____